

Sentidos sobre a academia da saúde: deslocamento do belo para o saudável em uma política projetada para um sujeito universal

Meanings about the health academy: shifting from beauty to health in a policy designed for a universal subject

Flávio da Guia Correa¹
Universidade do Estado de Mato Grosso

Joelma Aparecida Bressanin²
Universidade do Estado de Mato Grosso

Recebido em: abril de 2024.
Aprovado em: maio de 2024.

Como citar este trabalho:

CORREA, F. da G.; BRESSANIN, J. A. Sentidos sobre a academia da saúde: deslocamento do belo para o saudável em uma política projetada para um sujeito universal. **Traços de Linguagem**, v. 8, n. 2, 121-133, 2024.

♦ **RESUMO:** Este estudo objetiva analisar os sentidos produzidos sobre o corpo do sujeito, por meio das academias populares, instaladas nos espaços urbanos, como forma de o Estado garantir o direito a uma vida mais saudável. A pesquisa se filia à teoria da Análise de Discurso materialista, seleciona como *corpus* de pesquisa a política pública do Estado, intitulada “Programa Academia da Saúde” instituído pela Portaria nº 2.681 de 7 de novembro do ano de 2013 e recorta como material de análise os discursos que comparecem no conjunto de aparelhos de exercícios físicos disponibilizados, ao ar livre, e em espaços públicos. Queremos entender como estas políticas, por meio do “Programa Academia da Saúde”, atuam como uma forma de intervenção do poder público na vida do sujeito, ou seja, visam formar na sociedade um sujeito saudável que possa produzir mais para os meios capitalistas, gerando mais lucro aos cofres públicos e menos prejuízos em hospitais nos cuidados/tratamentos variados de saúde. Além disso, depreendemos que a Academia Preventiva do Governo trabalha o imaginário de Sujeito Universal sem considerar suas diferenças.

♦ **PALAVRAS-CHAVE:** Academia Da Saúde; Análise De Discurso; Estado; Sujeito-Universal; Corpo Saudável.

♦ **ABSTRACT:** This study aims to analyze the meanings produced about the subject's body through public gyms installed in urban spaces, as a way for the State to guarantee the right to a healthier life. The research is affiliated with the theory of materialist Discourse Analysis, selects as a corpus of research the State's public policy, entitled “Health Academy Program” established by Ordinance nº 2.681 of November 7, 2013 and cuts as material analysis of the speeches that appear in the set of physical exercise equipment available outdoors and in public spaces. We want to understand how these policies, through the "Health Academy Program," act as a form of public power intervention in the subject's life, aiming to shape a healthy subject in society who can produce more for capitalist means, generating more profit for

¹² Professor Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL-UNEMAT), docente do curso de Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *campus* Cáceres. Membro do Grupo de Pesquisa GEPELCO/CNPq. E-mail: flavio.correa@unemat.br

² Doutora em Linguística pela UNICAMP. Docente e pesquisadora no Curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Coordenadora do Grupo de Pesquisa GEPELCO/CNPq. E-mail: bressanin.joelma@unemat.br

public coffers and fewer expenses in hospitals on various health care/treatments. Moreover, we also infer that the Government's Preventive Academy works on the imaginary of a Universal Subject without considering their differences.

♦ **KEYWORDS:** Health Academy; Discourse Analysis; State; Universal Subject; Healthy Body.

Introdução

O nosso interesse por estudos referentes às academias populares surge da necessidade de se compreender os sentidos produzidos sobre o corpo na atual conjuntura social. Observamos, também, que o corpo tem tido especial tratamento nos estudos discursivos, uma vez que “a inscrição do sujeito no mundo se faz através do corpo” (Ferreira, 2013, p.100). Nota-se a significação e a pertinência do corpo em relação ao sujeito, conforme Ferreira (2013, p.128), significa pensar “o corpo que se deixa olhar e que se coloca na posição de quem olha”. Sob esse viés, a autora nos ajuda a compreender pela noção discursiva de linguagem a relação entre o corpo e o sujeito.

Ao olhar na cidade o aumento da presença de academias populares, observamos que há um discurso sobre o corpo, que clama por gestos de interpretação e aciona sentidos produzidos para o corpo do sujeito. Sentidos estes que circulam na construção dessa política pública do Estado no espaço cidadão.

Para esta pesquisa, apresentamos uma análise do discurso sobre o corpo do sujeito significado a partir da política pública de prevenção à saúde por meio do Programa Academia da Saúde, constituída pela Portaria nº 2.681 de 7 de novembro do ano de 2013.

Lembramos que para Pêcheux (2009), a linguagem política tem o poder de agir diretamente sobre a grande massa, no caso, consegue atingir quase toda a sociedade. Pautados nas palavras do autor, entendemos que o Estado ao elaborar uma ação de saúde pública, instituída por uma linguagem política, está atuando diretamente sobre o sujeito, mais precisamente sobre o corpo do sujeito. Atua propondo um novo corpo como padrão para o físico da população. E sobre isso nos questionamos: quais são os efeitos de sentidos que o discurso do Governo produz na/para a população trazendo novos modos de significação para o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade?

Nessa direção, surge a necessidade de um gesto de interpretação sobre a política pública do Estado, referente ao cuidado com a saúde do corpo. Orlandi (2012, p.93) afirma que “não há corpo que não esteja investido de sentidos”. Isso significa dizer que o corpo possui um papel importante no processo de significação.

Propomos, assim, analisar quais discursividades são produzidas sobre o corpo do sujeito pelo Programa Academia da Saúde. Essa prática nos instiga a compreender os efeitos de sentidos que circulam no discurso dessa ação pública direcionada ao bem-estar físico do sujeito cidadão.

No território urbano, o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um, estado o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, de tal modo que o destino de um não se separa do destino de outro. Em suas inúmeras e variadas dimensões: material, cultural, econômica, histórica, etc. o corpo social e o corpo urbano formam um só. (Orlandi, 2004, p.11).

O corpo humano e o corpo social formam um só e estão atados a cidade. A autora enfatiza ainda que o destino de um não se separa do destino de outro. Frente à política pública do Estado nos questionamos: qual destino está sendo traçado para o corpo do sujeito e o corpo da cidade no/pelo discurso da Academia da Saúde?

Queremos entender como as políticas públicas atuais, em especial o “Programa Academia da Saúde” atua como uma forma de intervenção do poder público na vida do sujeito. Lugar esse em que se materializam os processos ideológicos do Estado. Retomamos Pêcheux (2009), a Ideologia não é apenas o que significa “x”, mas o mecanismo de produzir “x”. Ela não é trabalhada como “ideias”, mas como práticas.

1. Procedimentos teórico-metodológicos no gesto de interpretação da Academia do Estado

Filiamo-nos à teoria da Análise de Discurso (AD) para a compreensão dos sentidos produzidos acerca das academias ao ar livre, observando a língua(gem) em funcionamento na produção dos sentidos, uma vez que ela pensa/trabalha práticas ideológicas constituídas pela história, de acordo com Pêcheux (2009). Ela se configura como uma nova prática de leitura, um método de análise, que tem como objeto de estudo o discurso, definido por Pêcheux (1997) como “efeitos de sentidos entre interlocutores”.

Nessa direção, a análise de um discurso não pode ser superficial, não se pode acreditar que há um sentido único, pronto e acabado. Orlandi (2015) afirma que um discurso não é apenas uma transmissão de informação e nem um simples ato do dizer, mas sim um conjunto de enunciados firmados em uma formação discursiva em determinadas condições de produção.

As condições de produção correspondem a um outro conceito fundamental numa análise discursiva. Orlandi (2015), apresenta que as condições de produção fazem parte da exterioridade da língua e que podem ser agrupadas em condições de produção em sentido estrito e amplo.

A autora afirma que o sentido estrito se refere ao momento da enunciação, o contexto imediato (quem fez/disse, para quem fez/disse, onde se deu, como se deu). Além do sentido estrito, as condições de produção possuem também o sentido amplo, que corresponde ao processo histórico, à língua em sua relação com a história.

Analisar as condições de produção determina verificar também a posição-sujeito ocupada por quem produziu o discurso e, ainda, em qual formação discursiva seu dizer se inscreve. A posição-sujeito refere-se ao lugar ocupado pelo sujeito no momento da enunciação. Ao analisar as condições de produção, para compreender a posição-sujeito, torna-se possível perceber o lugar ocupado por quem formulou o discurso e para quem este foi produzido.

Desse modo, na posição de analista de discurso não podemos olhar para essa política pública do Estado e a apreender os discursos formulados apenas como uma forma de cuidado para a população, precisamos nos atentar ao processo de constituição dos sentidos que ali circulam e os efeitos que produzem. Efeitos esses que daremos visibilidade por meio de nossas análises.

Expostos alguns conceitos iniciais, procedemos, no primeiro momento, à análise da Lei em forma da nº 2681 de 2013 que institui o Programa Academia da Saúde, a fim de observar quais sentidos são produzidos por essa política de prevenção à saúde na sociedade. No segundo momento, apresentamos um percurso histórico para compreender o discurso da medicina que fundamenta os exercícios aeróbicos como fundamentais para a saúde física do sujeito. E, no terceiro momento, buscamos compreender o deslocamento

do corpo belo para o corpo saudável trabalhado na academia. Para finalizar, no quarto e último momento, analisamos o discurso que projeta um corpo universal de/para os sujeitos na sociedade.

2. Um percurso histórico sobre o corpo saudável constituído no Programa Academia da Saúde do Estado

Apresentamos um percurso histórico sobre os exercícios aeróbicos para nos ajudar na compreensão dos sentidos sobre o Programa Academia da Saúde. “Afinal, a língua e a história se inscrevem no processo de constituição dos sentidos” (Ferreira, 2013, p. 139). Na Análise de Discurso, Henry (1994) apresenta que a história não é entendida como evolução ou cronologia, mas como sentido. Nesse viés, não se separa a compreensão dos sentidos da história.

Sob esta perspectiva, entendemos que o discurso sobre o corpo está relacionado historicamente aos avanços científicos da medicina. Inicia-se pelas pesquisas do médico americano Kenneth H. Cooper publicadas no livro “Aeróbica” em 1970, nos Estados Unidos da América, conseqüentemente, divulgado nos demais países da América, incluindo o Brasil.

Cooper ao publicar sua obra tinha por objetivo apresentar “uma tentativa para encorajar o povo a examinar com maior atenção os benefícios que podemos obter através de exercícios regulares. (Cooper, 1972, s.p).

Ainda de acordo com Cooper (1972, p.2), “os exercícios aeróbicos são uma modalidade funcional para atingirem novos níveis de competência física e, conseqüentemente, bem-estar pessoal”. E essa discursividade constituída a partir do discurso científico irá ressoar como um forte argumento para as políticas públicas de saúde, produzindo efeitos de verdade, como observamos no site do Ministério da Saúde, a afirmação de que os exercícios físicos e as práticas corporais funcionam como uma medida de intervenção sobre a prevenção e o controle de doenças crônicas.

Para uma melhor compreensão do funcionamento do discurso da medicina, trazemos as palavras de Foucault:

A medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores”. (Foucault, 2005, p. 302).

De acordo com Foucault (2005), a medicina ocupa um lugar que exercerá poder e domínio, pois funciona como mecanismo de controle em que disciplina/regula o corpo e, conseqüentemente, a população. Ela vai prescrever, por assim dizer, o que o sujeito pode e o que não pode fazer com o seu corpo. E, nesse funcionamento, compreende-se que o discurso do Programa Academia da Saúde atua como uma técnica de intervenção do Estado sobre a população, disciplinando os corpos que circulam na cidade, prescrevendo o exercício físico como extremamente necessário para a saúde nos dias atuais.

Prosseguindo, apresentamos o conceito elaborado pela medicina sobre o exercício aeróbico.

Os aeróbicos referem-se à variedade de exercícios que estimulam as atividades do coração e dos pulmões durante um período de tempo suficientemente longo, de forma a produzir modificações benéficas no organismo. O objetivo principal de um programa de exercícios aeróbicos é o de aumentar a capacidade máxima

a quantidade de oxigênio que o corpo pode processar dentro de um determinado período de tempo. (Cooper, 1972, p. 9).

Os benefícios dos exercícios aeróbicos encontram-se no fato de melhorar a capacidade respiratória, ajudando na prevenção de problemas cardíacos. Assim, o sujeito pode elevar sua aptidão física, mantendo-se mais saudável. “O corpo torna-se o objeto de incessantes negociações com as normas proclamadas pelo poder dos médicos” (Moulin, 2017, p 38).

Pêcheux (2009) diz que o discurso é constituído pelo interdiscurso, no caso do Ministério da Saúde, vemos o discurso político sendo atravessado pelo discurso científico. Assim, quando a medicina proclama que a prática de exercícios produz benefícios ao corpo, o Estado, incorpora tal prática em seu discurso, visando promover ações de saúde preventiva para intervir na vida do sujeito, responsabilizando-o, caso ele passe (ou não) a realizar as atividades físicas.

Por essa prática, notamos que o Estado, mediante suas instituições e discursos, torna-se responsável pela individuação do sujeito, que no atual sistema capitalista se configura na forma-sujeito-histórica, o sujeito jurídico. Sujeito livre e responsável. Isto é, objetiva para a construção e definição de identidade individuais e coletivas dos sujeitos dentro da sociedade. Sobre a individuação do sujeito, Orlandi (2014, p.104) discorre:

Processo de individuação do Estado através das instituições e discursos que circulam nelas, ao individuar o sujeito, faz com que ele ocupe uma posição-sujeito na sociedade para todos faz com ele se projete dentro, como parte dessa sociedade.

O processo de individuação pelo Estado representa a articulação do simbólico com o político que administra as relações de sentidos. Entendemos, a partir do que a autora discorre, que o Estado ao propor um projeto de intervenção em prol a uma vida saudável, atua no processo de individuação do sujeito para que ele ocupe uma posição-sujeito ativo, saudável, autônomo.

Na prática, esse processo pode ser observado em diversas esferas da sociedade, por exemplo: a educação, na qual os currículos pedagógicos promovem maneiras de ser e de pensar; a mídia, por sua vez, apresenta representações específicas de identidade e comportamento; a legislação, que define direitos e deveres, moldando o sujeito ideal.

Assim, a política pública de saúde, por meio do discurso jurídico da portaria nº 2681/2013, propõe criar condições para moldar um sujeito saudável, prevenido de doenças e lesões físicas. Conseqüentemente, um sujeito mais produtivo e menos dependente das instituições de saúde.

Notamos, então, o processo de individuação do sujeito por essa política pública, uma vez que o sujeito se vê imerso nessa trama, capturado pela discursividade do corpo saudável, que independente das condições em que vive, precisa cuidar da sua saúde, fazer a sua parte, ocupar a posição de sujeito responsável pela sua saúde e bem-estar, “não tendo desculpas para não se cuidar”, uma vez que a academia da saúde é gratuita e fica aberta 24 horas por dia, durante 7 dias da semana.

3. Do belo para o saudável

No imaginário social já constituído, a Academia refere-se ao espaço direcionado para a prática de exercícios em busca do corpo belo, seja ele com músculos definidos pela hipertrofia e/ou para perda de peso, um físico sem gordura pela prática da aeróbica. Em outras palavras, um lugar no qual o sujeito pode conseguir ter o corpo tido como ideal.

No entanto, o discurso do Programa Academia da Saúde rompe, produz um deslocamento do sentido inicial sobre “academia”, pois a proposta de Academia do Estado traz uma nova abordagem para o corpo do sujeito, direcionada para o imaginário de “corpo saudável” e não mais o belo. O objetivo não está na busca pelo imaginário de beleza, com ganho de hipertrofia ou perda de peso. Mas sim, no aprimoramento do condicionamento físico do sujeito, mediante práticas corporais e atividades aeróbicas, como podemos observar na Placa dos aparelhos e na orientação dos exercícios.

Figura 1: Simulador de Caminhada



Fonte: Foto tirada pelos autores

O aparelho “simulador de cavalgada” possibilita ao sujeito fortalecer a musculatura dos membros superiores e inferiores. “Fortalecer” e não apenas “crescer” a musculatura. O objetivo é tornar o corpo do sujeito mais resistente, fortalecido contra lesões físicas. O imaginário do corpo belo, com musculatura forte e definida, é substituído pelo corpo fortalecido, resistente a doenças. Além disso, há a preocupação em aumentar a capacidade cardiorrespiratória do sujeito, prevenindo-o de doenças cardíacas, como por exemplo: hipertensão, infarto, entre outras.

O ganho ou a perda de músculo pelo sujeito, não são os objetivos principais para o Estado. E o imaginário de beleza, construído socialmente, desloca-se para o imaginário do corpo saudável e do bom condicionamento físico.

O Dr. Cooper (1972) já afirmava “Manter a saúde é muito mais barato que recuperar-se de uma enfermidade”. Inscrito em uma formação discursiva dada, relativa a uma formação ideológica capitalista, observamos no discurso da ciência o atravessamento do discurso de mercado, que visa o lucro, produzindo sentidos que continuam a ressoar na política pública atual da promoção da saúde por meio da Academia Preventiva, a princípio, mais barata/acessível para a saúde do sujeito. Desse modo, faz circular um sentido numa dada direção, a de que um sujeito que pratica exercícios estará prevenido

de doenças e lesões físicas, frequentando menos os hospitais e gerando menos gastos financeiros para o Estado.

O funcionamento do trabalho ideológico e simbólico atua na constituição do sujeito para produzir sentidos. Assim, em nosso trabalho, diante do Programa Academia da Saúde, o sujeito é afetado por esse efeito simbólico e ideológico para se exercitar em busca de um corpo saudável e não necessariamente belo, tornando-se mais produtivo e, conseqüentemente, menos dependente do setor público.

Além disso, a “academia da saúde” agora é um espaço público e ao ar livre, sem cobertura, aberto 24 horas por dia, durante 7 dias na semana. Compreendemos a partir disso, que o Estado se antecipa a possibilidade de o sujeito dizer “eu não tenho tempo para ir na academia, pois no horário em que ela está aberta, eu estou no trabalho”. Assim, a academia, por “ficar aberta o tempo todo”, faz com que o sujeito cidadão sinta-se quase obrigado a realizar os exercícios aeróbicos para conseguir um corpo saudável. Nesse processo, compreendemos que o Estado atribui ao sujeito a responsabilidade pela sua saúde física a partir da atividade preventiva, como é o caso da prática de exercícios aeróbicos.

Para efeito de fechamento deste tópico, compreendemos pelo discurso do Programa Academia da Saúde, um processo de disciplinarização dos corpos, para serem mais “saudáveis” e não apenas “belos”, a fim de que sejam mais produtivos para o mercado de trabalho (gerem mais lucros) e menos dependentes das instituições públicas de saúde do Estado, por exemplo: hospitais e clínicas médicas.

4. Uma academia projetada para um sujeito de corpo universal e o silenciamento de outros corpos

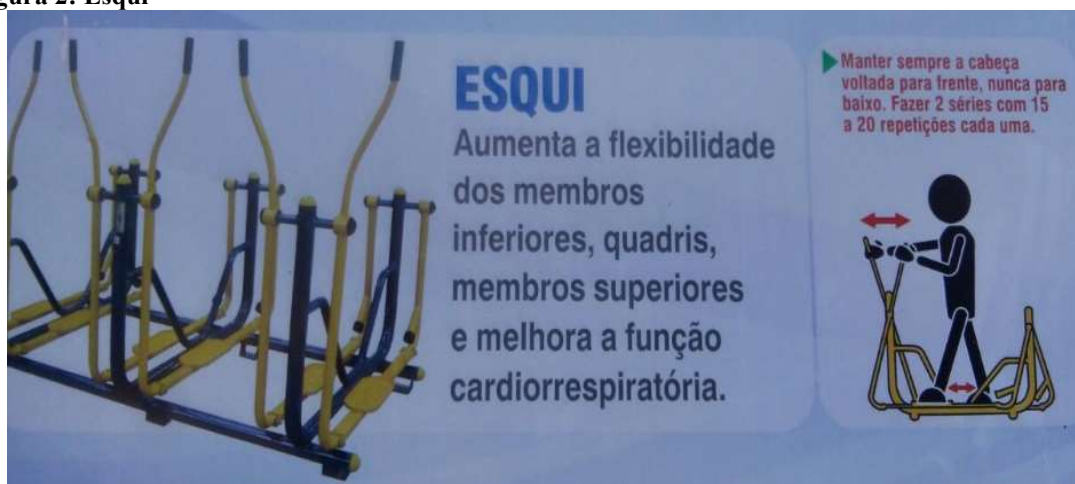
O nosso gesto de leitura incide especificamente nos aparelhos de atividades físicas disponíveis na Academia da Saúde. Sobre a leitura discursiva, Orlandi (1996, p.11) nos ensina: “Quando se lê, considera-se não apenas o que está dito, mas também o que está implícito: aquilo que não está dito e que também está significando. [...] Saber ler é saber o que o texto diz e o que ele não diz, mas o constitui significativamente”.

Conforme a autora, torna-se necessário observar na leitura os não ditos, aquilo que também está implícito, porém, significa. E para nós, um sentido que está implícito é a projeção imaginária do Estado sobre o corpo universal do/para o sujeito no espaço da cidade, pensado por essa política pública de saúde.

Trazemos para o nosso estudo a análise de dois dos aparelhos de exercícios físicos que o Estado disponibiliza no Programa Academia da Saúde para o sujeito. O que objetivamos analisar é a projeção imaginária de um sujeito com corpo universal.

A nosso ver, um sujeito, no qual o seu corpo físico não se enquadrar ou ajustar nos tamanhos dos aparelhos da academia, ou que não souber ler e interpretar os números de séries, repetições e entender a execução correta dos movimentos, fica à margem, nessa política. Ou seja, os corpos diferentes são silenciados, não são considerados pelo Estado, como podemos observar, no primeiro recorte, que apresenta o exercício no aparelho Esqui:

Figura 2: Esqui



Fonte: Foto tirada pelos autores

Selecionamos para análise o aparelho Esqui como modelo por ele trabalhar o corpo como um todo, explicitando os benefícios que traz para a função respiratória. A maneira como o exercício realizado no Esqui é apresentado, permite-nos compreender que a linguagem articulada nesse painel é comum a todos os sujeitos. Todos possuem competência e autonomia para ler, interpretar e realizar o exercício no Esqui de forma correta para manter seu corpo mais saudável.

No entanto, a linguagem empregada apresenta termos técnicos em relação às partes do corpo. Poderia ser utilizada outras maneiras de explicá-los. A expressão “membros inferiores” significa a parte das pernas (coxas, panturrilhas e o próprio quadril), a expressão “membros superiores” refere-se aos braços, região do tórax, ombros e as costas e por último a expressão “melhora a função cardiorrespiratória” que significa uma melhora na respiração.

Entendemos que a linguagem poderia apresentar vocábulos mais simples substituindo “membros superiores” por “braços, região do peitoral, ombros”, “função cardiorrespiratória” por “função respiratória”.

Notamos que o painel, ao empregar termos técnicos, parte do pressuposto de que toda a sociedade brasileira sabe ler e interpretar. Ou seja, para o Estado, o sujeito não só sabe ler, como, necessariamente, compreende o que está escrito sem nenhuma dificuldade, pressupondo que no país não há analfabetismo. No entanto, uma pesquisa apontada no site do Jornal da USP no de 2024, o índice de analfabetismo no país é grande, “O Brasil tem 10 milhões de analfabetos, apesar da queda na taxa em 2022”. A partir desse estudo publicado pela USP, compreende-se que a heterogeneidade dos sujeitos brasileiros, há os alfabetizados e não alfabetizados na sociedade.

Nessa direção, o Estado, ao utilizar uma linguagem técnica sobre o exercício, propõe essa prática apenas para o sujeito alfabetizado que domina o sentido da linguagem empregada no painel ilustrativo. O sujeito não alfabetizado é deixado de lado, abandonado, isto é, excluído da política pública de saúde.

A academia da saúde é pensada/projetada para um sujeito letrado que conheça os termos técnicos utilizados em seu manual de orientação. Um sujeito que saiba ler, interpretar e, também, que não necessita de nenhum acompanhamento especializado para realizar os exercícios.

Na figura 2, na parte escrita em letras vermelhas, há a recomendação sobre quantidade de séries e repetições do exercício que o sujeito deve fazer. Esse número de séries e repetições geralmente depende muito da condição física do sujeito. É uma questão

muito particular. Quem deve prescrever a quantidade de execuções do exercício é um profissional de educação física. Ele possui competências para indicar o número de execuções de acordo com as características particulares de cada sujeito.

Compreendemos que a academia popular, elaborada a partir de um corpo padrão, considera os sujeitos todos iguais, sem características distintas. Quando indica ao sujeito que ele precisa fazer X número de série e X número de repetições, significa dizer que essa orientação serve para todos. Todos possuem o mesmo condicionamento físico para realizar essa quantidade indicada sobre o exercício.

Assim, disponibilizar um texto com orientações universais é considerar o corpo do sujeito como universal, sem diferenças. Na prática, isso não existe. É necessário e fundamental o Estado disponibilizar um profissional qualificado para indicar e prescrever os exercícios e o número de repetições adequadas para cada sujeito em particular na sociedade.

Prosseguindo com a análise em busca dos sentidos produzidos sobre o sujeito com um corpo universal, apresentamos a imagem do aparelho nomeado como Multi-Exercitador.

Figura 3: Multi-Exercitador



Fonte: Foto tirada pelos autores

Esse equipamento possibilita exercitar todas as partes do corpo humano, braços, peitoral, ombros e toda a região das pernas. Equipamentos para prática de exercícios devem possibilitar ajustes de acordo com a altura e/ou peso do sujeito. Ajustar o aparelho segundo as características do corpo é importante por manter a postura correta na execução do exercício, por não causar desconforto e, ainda, porque realizar atividade física de forma incorreta pode causar lesões físicas graves.

Olhando a imagem desse aparelho proposto na academia popular, notamos que ele não possibilita ajustes de acordo com o corpo do sujeito. O poder público ao propor esse equipamento, projeta um imaginário de corpo comum a todos os sujeitos. Um corpo com altura e peso padrão. Isto é, um sujeito com um corpo universal.

Os sujeitos de estatura mais alta ou mais baixa, segundo o imaginário da academia, ficam de fora do projeto. Seus corpos são silenciados. Não são considerados nessa ação pública. Como se não existissem ou não deveriam existir.

Reiteramos que o ato de ajustes do equipamento, de acordo com o corpo de cada sujeito, é fundamental na execução do exercício por possibilitar conforto e segurança. Nessa direção, o exercício Multi-Exercitador e Esqui (selecionados como pertinentes) não possibilitam ao sujeito ajustá-los de acordo com o seu corpo. Reforçando a produção do imaginário de um sujeito universal em sua estatura física, por exemplo.

Podemos dizer que discutir o corpo nos assegura deleite e inquietação. Prazer, pois falar do corpo é falar de existência, é dialogar do lugar onde os sonhos emanam. Sentidos, emoções, como algo bem íntimo, inerente a cada sujeito. Inquietação, porque **contemplar criticamente o corpo não permite a percepção de suas possibilidades, não admite que se consiga aplicar mecanismos que façam do corpo uma simples e notável máquina, pois este não se repete, não é seriado, não é igual, mas designa, estabelece o diferente, é constituído ideologicamente.** (Santos, 2016, p.15). (grifos nossos)

Tratar o corpo é tratar da existência do sujeito, com suas particularidades. Pelas palavras do autor, os corpos não se repetem, não são produzidos em série, não são iguais a todos, há de se pensar no diferente. Depreendemos que os mecanismos de cuidado com o corpo precisam considerar a individualidade de cada sujeito.

Pautamo-nos no dizer do autor para observar a falha do Programa Academia da Saúde, em projetar um ideal de corpo que contemple toda a população, uma vez que os sujeitos são diferentes e possuem corpos com características diferentes.

Compreendemos que o Estado, ao propor uma política pública de saúde para a sociedade em geral, ao apresentar exercícios com linguagem específica sobre a execução de séries e repetições, não possibilitar ao sujeito ajustes do aparelho de acordo com altura, peso, força, entre outros aspectos físicos, nos permite interpretar que o Programa Academia da Saúde é contraditório com o objetivo inicial do projeto e, principalmente, com o real da cidade.

Figura 4: População utilizando a Academia da Saúde



Fonte: Nativa News

A imagem foi publicada pelo site Nativa News em uma reportagem, no ano de 2017, em que relata a implantação das academias populares no Estado de Mato Grosso. Selecionamos essa imagem por ela ser uma reportagem de publicidade do Programa Academia da Saúde que apresenta uma variedade de corpos da/na cidade. Frente a isso, observa-se uma contradição entre sujeito de corpo universal projetado na política pública e o real da cidade. Essa contradição entre o real da cidade e o real do corpo foi uma das inquietações que nos chamou atenção para gestos de interpretação dessa política de saúde.

Em nosso gesto de interpretação, observamos, na figura 4, sujeitos heterogêneos e não homogêneos em relação aos seus corpos. Assim, entendemos que uma política de cuidado com a saúde, que não considera tais particularidades, torna-se contraditória em relação ao real da cidade.

Dito de outro modo, o Estado, na articulação entre o simbólico e o político, individua o sujeito (Orlandi, 2003), concebe a sociedade como um todo, desconsidera suas particularidades, ele singulariza a população, procurando apagar suas diferenças. O Programa Academia da Saúde não pensa na individualidade de cada sujeito. E esse é um modo de administrar simbolicamente as subjetividades.

O que é recorrente na política pública é exatamente a questão da universalidade que ela apresenta. Uma ação voltada para a saúde precisa considerar as características físicas e particulares do corpo de cada sujeito para poder orientá-lo sobre os procedimentos necessários para o seu bem-estar.

Considerações Finais

Em nosso estudo, pudemos observar, na atual conjuntura social, o modo como o corpo do sujeito ora é significado, ora é interditado, rompendo com estereótipo de que o corpo trabalhado em academia simboliza a imagem do belo e do forte, para significá-lo como corpo ativo e produtivo.

Nessa direção, o Programa Academia da Saúde disponibiliza equipamentos de exercícios aeróbicos e funcionais, visando criar nos sujeitos hábitos de vida saudáveis. O foco está no movimento do corpo, no estímulo das funções motoras. Não há equipamentos para hipertrofia muscular. O objetivo é deixar o corpo ativo, prevenido de doenças, criando um sujeito da saúde e do bem-estar físico.

Todavia, as análises também permitiram compreender o imaginário de corpo proposto pelo Programa Academia da Saúde, um corpo que se encaixe nos aparelhos, um corpo padronizado. A academia da saúde não permite ao sujeito adaptar/regular o equipamento de acordo com o seu corpo. Ela é projetada para uma sociedade com um tipo padrão de corpo, por assim dizer. E essa sociedade de corpo universal precisa ser independente do poder público. Ter a capacidade de se exercitar a partir do texto orientativo presente nas academias ao ar livre. Sobre isso, o painel ilustrativo representa economia financeira, uma vez que para o Estado substitui o professor de educação física. Mais uma vez notamos que a prioridade é sempre a opção mais econômica financeiramente e não a mais eficaz. O importante é fazer parecer que o Estado busca assegurar o direito à saúde a toda população.

Além disso, quando a política pública projeta um texto orientativo para o sujeito na academia está considerando que na sociedade todos sabem ler e interpretar as informações que ali estão presentes. O sujeito analfabeto é deixado de lado. Será que ele não tem direito à saúde preventiva? Desejamos que nossas análises contribuam para o debate e a construção de políticas públicas que promovam ações de saúde que não excluam sujeitos, que respeitem suas diferenças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria nº 2.681, de 7 de novembro de 2013. Redefine o Programa Academia da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988)

COOPER, Kenneth H. Capacidade Aeróbica. Tradução de Orlando Águeda. Rio de Janeiro - RJ. Fórum Editora. 1972.

CORREA, Flávio da Guia. C824a Academia da Saúde: Sentidos Produzidos Sobre a Relação Entre Corpo, Sujeito e Estado (Dissertação de Mestrado) Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado/Acadêmico) Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Campus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2019.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Discurso, arte e sujeito e a tessitura da linguagem. In: O acontecimento do discurso no Brasil. Freda Indursky, Maria Cristina Leandro de Ferreira, Solange Mittman (orgs.). Campinas, SP. Mercado das Letras, 2013

FOUCAULT, Michel. Em Defesa da sociedade. Curso no College de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo, SP. Martins Fontes, 2005.

HENRY, Paul. A história não existe? Trad. por José Horta Nunes. In: Gestos de leitura. ORLANDI, E. (org.). Campinas, Ed. da Unicamp, 1994.

ORLANDI, Eni Pucinelli. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 8 ed. Campinas, SP. Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni Pucinelli. Discursos sobre a inclusão. Niterói, RJ. Intertexto, 2014

ORLANDI, Eni Pucinelli. Discurso em análise: Sujeito, Sentido e Ideologia. 2 ed. Campinas, SP. Pontes editores, 2012.

ORLANDI, Eni Pucinelli. Cidade dos Sentidos. Campinas, SP. Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Pucinelli. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ. Vozes. 1996.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso: uma crítica ao óbvio. Tradução: Eni Orlandi. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Por uma Análise Automática do Discurso (AAD-1969): uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Organizadores: F. Gadet, Tony Hak. Tradução Bethania Mariani. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

SANTOS, Glicélio Corrêa dos Tatuagens: o corpo como discurso. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2016. Cáceres/MT: UNEMAT, 2016.

Sites consultados:

<https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-tem-10-milhoes-de-analfabetos-apesar-da-queda-na-taxa-em-2022/#:~:text=De%20acordo%20com%20os%20dados%2C%20a%20taxa%20de%20analfabetismo%20caiu,490%20mil%20analfabetos%20a%20menos.> Acesso em: 10/05/2024

www.nativanews.com.br/destaques/id-541791. Acesso em: 27/04/2019.